



ACÓRDÃO Nº 924/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11953/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Centro de Controle de Oncologia – FCECON.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Ana Paula Lemes Jesus dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAL.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3829/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da **Sra. Ana Paula Lemes Jesus dos Santos**, responsável pela Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas, exercício de 2018, nos termos dos arts. 22, III e art. 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Ana Paula Lemes Jesus dos Santos, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 924/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à atual e futuras gestões da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas que:

- 10.3.1.** Só utilizem a dispensa de licitação nos casos dispostos nos incisos I a XXXIV, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, de forma devidamente fundamentada, nos termos assentados pelo Tribunal de Contas da União, conforme já exposto na Proposta de Voto;
- 10.3.2.** Promova ações que visem a realização de novo concurso público para preenchimento das vagas remanescentes;
- 10.3.3.** Adotem as providências necessárias ao aperfeiçoamento do Inventário de Estoque;
- 10.3.4.** Adotem especial atenção ao cumprimento do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2003 (Lei de Responsabilidade Fiscal), visando o equilíbrio da execução orçamentária da FCECON;
- 10.3.5.** Adote as providências necessárias ao aperfeiçoamento da elaboração do Balanço Patrimonial, para que a inconsistência em comento não mais se repita;
- 10.3.6.** Adote as providências necessárias ao aperfeiçoamento das compras de medicamentos, de modo a adequar-se ao quantitativo indispensável para usufruto nas atividades da FCECON, sem ocasionar desperdício tamanho como foi observado no presente caso;
- 10.3.7.** Atualize as informações no sítio eletrônico da Fundação.

10.4. Dar ciência à Sra. Ana Paula Lemes Jesus dos Santos e à atual gestão da FCECON sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 31ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral